

Congresso aprova só duas matérias durante convocação extraordinária

JORNAL DE BRASÍLIA

28 JUL 1992

SCHEILA BERNADETE

Apesar do intenso movimento provocado pela CPI do caso PC, o Legislativo votou pouco durante este período extraordinário. Da lista relacionada para a autoconvocação, o Congresso aprovou apenas duas matérias: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual. A Câmara votou 12 dos 16 projetos e o Senado somente a isonomia entre os servidores dos três Poderes e algumas propostas de créditos suplementares. Das prioridades relacionadas pelo Executivo, num total de 23 — incluindo algumas propostas da pauta do Congresso — 11 agra-

dam definição da Câmara, sendo que cinco têm caráter conclusivo nas comissões permanentes. Oito projetos aguardam sua vez de ser votados no Senado.

Dos projetos em pauta no Senado, dois encontram-se em regime de urgência: o que reforma o Itamaraty e o que modifica a Lei de Custeio e Benefícios da Previdência, cujo teor principal altera os critérios para o pagamento das aposentadorias. Os dois já foram aprovados na Câmara. O líder governista, senador Marco Maciel, marcou para hoje uma reunião com os demais parlamentares que

formam o bloco de apoio ao Governo, para definir a pauta de prioridades. A preocupação maior de Maciel é com os projetos considerados polêmicos, como o que privatiza os portos, o que prevê a iniciativa privada na concessão dos serviços públicos, o que cria a Advocacia Geral da União, o que estabelece normas para licitações e contratos da administração pública, o que define terra improdutiva para a reforma agrária, o que fixa limites às despesas com o funcionalismo público e a reforma fiscal. "Este, definitivamente, assim como está, não passa no Congresso", afirmou o senador.